

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL****Subsecretaria de Projetos Orçamento e Planejamento de Obras**

Despacho - SODF/SUPOP

Brasília-DF, 21 de maio de 2020.

Assunto: Contratação de empresa para as obras de implantação do Viaduto da EPIG (interseção com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste) e alças de acesso e infraestrutura urbana, no âmbito do Corredor de Transporte Público – Eixo Oeste – DF.

Ref: Concorrência nº 001/2019– ASCAL/PRES

À ASSESP/GAB , para conhecimento;

À ASCAL,

Considerando o email encaminhado pela ASCAL/NOVACAP (40400671) segue tempestivamente as referências e as respostas aos questionamentos:

1) Email (40400671) da Empresa CONSTRUTORA LDN LDTA , esclarecimentos requeridos:

Questionamento 1 - No edital é apresentado o Valor estimado para contratação: R\$ - 26.043.415,11 - (vinte e seis milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e onze centavos). A planilha orçamentário é apresentada com orçamento de: R\$ 21.440.526,58 Qual o valor correto?

Resposta: Valor correto de R\$ - 26.043.415,11 - (vinte e seis milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e onze centavos), não existem divergências.

Questionamento 2 - O item 7.2 do edital trata SOBRE LIMITAÇÃO DE BDI:

“7.2. Na proposta será consignado e acompanhará os seguintes documentos:

o) Demonstrações do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas para Obras e Serviços de Engenharia, conforme modelo disponibilizado juntamente com o projeto básico deste Edital.

o.1) O limite máximo para o valor de BDI é o adotado na Planilha Orçamentária, ou seja, 20,34% para obras e fornecimento e materiais e equipamentos - 11,10%.

Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor de BDI superior a esse teto;”

No tocante a este assunto o TCU em seu manual ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS trata deste assunto: “3 – A Administração pode estabelecer disposição editalícia limitando a taxa de BDI ou a taxa de remuneração da empresa licitante? Resposta: Trata-se de prática a ser evitada, pois representa uma ingerência indevida no processo de formação do preço do particular. Ao estabelecer um BDI referencial se objetiva apenas estabelecer um preço limite para o contratado. Por isso, no relatório que embasou o Acórdão 2.622/2013 – Plenário, o Tribunal deixou consignado que as taxas referenciais de BDI não têm por objetivo limitar o BDI das propostas de preços das empresas licitantes, já que os valores do BDI podem oscilar de empresa para empresa, de acordo com as suas características particulares, tais como: remuneração desejável, situação econômico-financeira, localização e porte da empresa, estrutura administrativa, número de obras em execução, nível de competitividade do mercado etc. Nesse sentido, durante a fase de licitação, a jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima de limites considerados adequados só deve ocorrer quando o preço global ofertado também se

revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas (Acórdão 1.804/2012-TCU-Plenário).

Solicito que seja alterado o item 7.2 do edital conforme orientação do TCU, afim de evitar posteriores questionamentos e/ou impugnação do edital.

Resposta: Por se tratar de questionamento do EDITAL, cabe a CPL da ASCAL/NOVACAP esta resposta.

Considerando que a maioria das empresas interessadas no certame sempre possuem dúvidas similares, inclusive emitindo as mesmas perguntas, sugerimos que a ASCAL publique as respostas para que quaisquer empresas possam ter acesso as mesmas.

Atenciosamente,

Ery Brandi

Subsecretária de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras



Documento assinado eletronicamente por **ERY DO NASCIMENTO BRANDI DE OLIVEIRA - Matr.0273696-9, Subsecretário(a) de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras**, em 21/05/2020, às 11:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40507682** código CRC= **29C59D24**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5070